



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

Uma ciência política para um Brasil democrático

Daniela Mussi

Universidade Estadual de Campinas

A cultura política como base para uma ciência política comparada

Os cientistas políticos norte-americanos se viam, no pós-guerra, diante de uma crise teórica e empírica, especialmente incapazes de conduzir investigações pertinentes e convincentes a respeito de fenômenos como o nazismo e o fascismo, bem como de retirar daí consequências para pensar a democracia em profundidade, nacional e internacionalmente (RENNÓ, 1998, p. 17).¹

Foi nesse contexto que a cultura política se impôs como um tema geral no ambiente disciplinar, vista num primeiro momento como sinônimo da exigência de que a prática científica conferisse importância aos valores, sentimentos e crenças para explicação do comportamento político de uma determinada nação. Além disso, a cultura política emergia como noção de tempo e processo de conformação da vida social, desde a socialização do indivíduo na infância - de onde nasceu a conhecida expressão “Political cultures are learned” -, passando pela investigação de seu processo de educação formal, exposição à mídia e experiências adultas, especialmente com os governos.²

¹ Cf. Lowi (1969), para um diagnóstico das raízes dessa crise no pensamento político norte-americano na virada do século XIX para o XX, como crise do próprio liberalismo.

² É possível afirmar que existe, entre a década de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, um período de preparação para o que seria depois sistematizado por Gabriel Almond e Sidney Verba como “cultura cívica”. Se encontram aí, por exemplo, as pesquisas realizadas na década de 1950 por Seymour Lipset na sociologia, ou por Margareth Mead e Ruth Benedict na antropologia, sobre comportamento e personalidade (OLICK e OMELTCHENKO, 2007, p. 301).

Na medida em que as técnicas de pesquisa se desenvolveram e o investimento público e privado na pesquisa comportamental se consolidava, de tema, a cultura política passou a configurar uma série de desafios teórico-metodológicos no interior da Ciência Política, coincidindo com a expansão da profissionalização desta a partir do anos 1950. Questões como “Por que a cultura política de um país assume determinada forma? O que é cultura política? O que ela explica e como é explicada?” (RENNÓ, 1998, p. 75). Foi nesse sentido que Gabriel Almond³ e Sidney Verba⁴ compuseram *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*, livro seminal publicado em 1963, e que buscava sistematizar conceitualmente e metodologicamente esse “tema geral”. Sob a influência da sociologia de Talcott Parsons e do tipo de pesquisa e reflexão metodológica realizadas por Paul Lazarsfeld, esses intelectuais buscaram retomar o desenvolvimento de uma Ciência Política em um patamar científico e, mais especialmente, empírico (BABBIE, 1988, p. 64-65).

Não por acaso, estes optaram pela análise dos resultados de pesquisas survey realizadas com mil pessoas nos Estados Unidos, Inglaterra, Itália e México para edificar “tipos de cultura política” e um modelo com sugestões para uma prática de pesquisa em cultura política (ALMOND e VERBA, 1989, p. 1). De maneira comparada entre os países escolhidos, Almond e Verba formularam a ideia-base (que era também uma ideia-força) da cultura cívica, uma combinação de “valores básicos” presentes na população de determinado regime democrático e que, ao se manter presentes apesar das diferenças e mudanças culturais ao longo do tempo, seriam capazes de indicar o fortalecimento ou enfraquecimento desse.⁵

Com o passar do tempo, ao pensá-la em perspectiva “comparada”, os adeptos da abordagem da cultura política tiveram condições de estabelecer - beneficiados, é

³ Foi professor da Universidade de Cornell e da Universidade de Chicago. Durante a II Guerra Mundial, entre 1942 e 1947 fez parte do "Gabinete de Informação de Guerra" [Office of War Information], onde se tornou responsável pela análise de propaganda inimiga. Foi presidente da APSA (1965-1966).

⁴ Bacharel na Universidade de Harvard (1953), Verba realizou seu doutorado na Universidade de Princeton, onde foi posteriormente professor, assim como na Universidade de Chicago. É atualmente professor da Universidade de Harvard. Foi presidente da APSA (1994-1995). Sua primeira pesquisa de fôlego, publicada em 1961, *Small Groups and Political Behavior*, parte da sociologia das organizações e da psicologia social, duas fortes influências nas ciências sociais da época, dominadas pelo behaviorismo, mas já anunciava o esforço por compreender o comportamento especificamente político a partir dos estudos sobre a participação e a liderança política (ver VERBA, 1968; ver EULAU, 1962, p. 512). Estes, se converteram em dois eixos para o estudo da cultura cívica, pensados em parceria com Almond, ao lado das instituições e sistemas políticos. Juntos, estes quatro eixos comporiam um modelo par análise global da cultura política de determinada nação democrática (cf. ALMOND e VERBA, 1989).

⁵ O objetivo desta apresentação não é o de esgotar toda a discussão à respeito da cultura cívica, mas apresentar o contexto geral de seu surgimento e suas principais características. Para uma boa revisão bibliográfica sobre o tema em português, que detalha inclusive o movimento de crítica a Almond e Verba até a década de 1990, ver Lucio Rennó (1998).

claro, pelas transformações tecnológicas no mundo computacional e pelo surgimento da internet - uma rede de pesquisadores e instituições acadêmicas bastante extensa e, assim, projetar a pesquisa sobre comportamento e valores políticos em escala mundial.⁶

Além disso, com o aprofundamento da crise econômica mundial e a derrota dos regimes dos países alinhados à União Soviética no final da década de 1980, passaram a adaptar ao seu sistema empírico-analítico “uma nova temática” imposta pelos processos de transição política. Neste novo contexto a abordagem da cultura cívica, reforçada por décadas de debate sobre metodologia comparada, bem como por uma prática de pesquisa profissionalizada e institucionalizada em larga escala, ganhou relevância dentro e fora da Universidade.

Essa relevância, porém, se devia menos pelos (escassos) apontamentos teóricos e políticos gerais que pelas sugestões oferecidas pelos “culturalistas cívicos” com respeito à maneira com que os cientistas políticos deveriam se posicionar frente a esse novo tempo. Em 1990, Almond mencionou a consolidação de um maciço “centro” no ambiente profissional da ciência política, entre as correntes teórico-metodológicas, separadas em dois binômios, um político e outro metodológico - *left-right* e *soft-hard*. Esse centro era, então, representado pelo perfil do cientista político norte-americano da cultura política: generalista, lógico, econômico e específico, como o pesquisador de *survey* (cf. BABBIE, 1988). E, acima de tudo, não politizado. Nas palavras de Almond, palavras, “depois de duas ou três gerações, convertida nossa profissão em uma importante disciplina acadêmica, não estamos dispostos a renunciar nossa preciosa integridade profissional submetendo nossa atividade docente e de pesquisa a controvérsias de ordem política” (ALMOND, 1999, p. 51).

⁶ 6 Inicialmente, nos anos 1970, foi fundado o projeto Eurobarometer, com objetivo de coletar, reunir, disponibilizar e comparar dados de pesquisa de valores políticos em países europeus. A partir da década de 1980, essa iniciativa se multiplicou. Alguns exemplos: o projeto World Values Survey (WVS), desenhado como uma rede de acadêmicos e Universidades que reúnem pesquisas para avaliar simultaneamente em grande extensão temporal, o desenvolvimento dos valores políticos através de pesquisas de opinião de 50 países de diferentes continentes, desde 1981 (disponível em www.worldvaluessurvey.org). Para o contexto regional da América Latina, ver projeto semelhante, o Latino Barómetro, configurado no formato de Organização Não Governamental sediada no Chile, e que disponibiliza pesquisas comparadas de 18 países latino-americanos a partir de 1995 (disponível em www.latinobarometro.org). Da mesma forma, é possível citar o Afrobarometer, financiado, entre outras instituições, pelo Banco Mundial, responsável por coletar, analisar e disponibilizar dados de análise dos valores políticos em 22 países africanos desde 1999 (disponível em: www.afrobarometer.org). O Asian Barometer, por sua vez, cobre 18 países da região Leste e Sul da Ásia, e não apenas regimes estritamente democráticos (além, portanto, do previsto pela formulação inicial da pesquisa sobre cultura cívica em Almond e Verba), desde 2001 (disponível em: www.asianbarometer.org). Mais recentemente, em 2006, iniciou-se o Arabbarometer, em oito países (disponível em: www.arabbarometer.org). O Global Barometer, iniciativa que busca agregar esses projetos regionais, afirma que hoje 48% da população mundial está estatisticamente representada nos resultados das pesquisas sobre valores políticos (disponível em: www.globalbarometers.org).

Como a cultura cívica chega ao Brasil: dos primeiros surveys às análises da consolidação democrática

A história da cultura política na ciência política brasileira, no final do século XX, é também um capítulo das tentativas de consolidação desta como campo disciplinar autônomo. A influência dos acadêmicos norte-americanos, nesse contexto, é efetiva, vinculada justamente ao "know-how de pesquisa" desenvolvido nos anos da revolução behaviorista. A marca desse processo, porém, não é a absorção homogênea do plano de institucionalização, profissionalização e formação apolítica, implícito como ideia-força no modelo de pesquisa da cultura política norte-americano. Por um lado, a "desigualdade básica entre centro e periferia" se revelou como um obstáculo à ambição pela internacionalização deste modelo acadêmico da pesquisa para o Brasil (MASSI, 1989, P. 456). Por outro, a politização foi uma componente incontornável do ambiente das ciências humanas no momento em que a ciência política se institucionalizava e, em algum grau, ampliava sua profissionalização.

É correto afirmar que existiu, pelo menos desde o final dos anos 1930, a percepção de que era necessário deslocar a formação intelectual do plano da "conformação de elites técnicas" para buscar a "profissionalização" nas ciências sociais, problema este que marcou o desenvolvimento da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo (cf. LIMONGI, 1987). Entretanto, o caráter tardio do desenvolvimento da pós-graduação universitária, o fato do ambiente intelectual brasileiro ser escassamente profissionalizado e pouco diferenciado disciplinarmente caracterizavam as dificuldades deste empreendimento (MICELI, 1989, p. 7).

As primeiras e frágeis iniciativas de implementação da pós-graduação no Brasil datam apenas de 1955, quando é fundado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MASSI, 1989, p. 443).⁷ Entre 1957 e 1959 surgem os primeiros impulsos para

⁷ Sendo que dentre os primeiros estudos previstos por este, estava prevista a realização de um "pequeno *survey* sobre manifestações de fanatismo religioso". Antes disso, sabe-se que o *survey* era aplicado na década de 1940 por acadêmicos da ELSP como técnica de pesquisa exploratória, como "pequeno estudo" que antecipava "uma pesquisa mais prolongada". Em nenhum desses casos, porém, existia qualquer conexão com pesquisa sobre "valores políticos" (MASSI, 1989, p.449). Fora do ambiente acadêmico, se destacam as pesquisas realizadas desde 1942 pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBOPE), com levantamentos eleitorais e pesquisas sobre comportamento político. Além disso, o IBOPE foi responsável pela realização, entre 1953 e 1956, Boletim das Classes Dirigentes, com pesquisas de mercado e opinião direcionadas. Apesar do grande volume de dados produzidos sobre cultura política, essas pesquisas só se tornaram acessíveis aos cientistas políticos a partir do final da década de 1980, quando da doação de parte do acervo histórico do IBOPE para o Arquivo Edgar

profissionalização da área que se manifestavam em um "curso de pós-graduação para formação de pesquisadores sociais" (idem, 1989, p. 444). É possível dizer que até 1964 o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais (e, entre elas, da Ciência Política) no Brasil “esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para criação de centros independentes de reflexão e investigação” (MICELI, 1989, p. 12).

Contraditoriamente, o período em que as Ciências Sociais brasileiras (e especificamente a Ciência Política) lograram sua expansão como campo profissional – tanto por meio da inserção no ensino superior, como da consolidação da pós-graduação na área – coincide com um dos momentos mais repressivos da história do país. Isso por que as políticas educacionais do regime autoritário favoreceram um tipo de expansão das Universidades, com vistas a uma solução parcial “da questão dos chamados excedentes”, ou seja, do problema de inserção profissional de setores das classes médias que pressionavam por uma melhor colocação na vida produtiva, no período que ficou chamado como “milagre econômico” (MICELI, 1995, p. 10).

Com isso, nos anos 1970, por meio da “montagem de um sistema de pós-graduação”, se iniciou um processo de organização de um sistema nacional para treinamento e reprodução de um corpo intelectual cada vez mais robusto e corporativo. Para isso, foi criada uma rede de agências públicas para apoio e financiamento às pesquisas⁸ que, por sua vez, estimulou a formação - especialmente no âmbito dos programas de pós-graduação - de uma “comunidade científica e tecnológica” (idem, p. 11).

No bojo dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), iniciados em 1968, a continuidade do financiamento na pesquisa, por sua vez, dependeu em grande medida da relação estabelecida entre os dirigentes burocráticos e as lideranças intelectuais durante todo esse período, inaugurando uma divisão de trabalho entre burocracia

Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas, seguida por nova doação dez anos depois, em 1999 (consulta ao catálogo disponível em: www.ifch.unicamp.br/ael). Importante observar que o processo de aquisição deste acervo esteve intimamente conectado ao projeto de fundação do Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp (CESOP).

⁸ Isso sem considerar a intensa participação dos investimentos estrangeiros, especialmente os norte-americanos, que tiveram como representante máximo a Fundação Ford desde 1962. Para conhecer um exemplo específico, ver interessante ensaio sobre o papel exercido pela Fundação na inauguração do mestrado em Ciência Política, em 1967, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que fora criado em 1963 e um dos mais importantes centros de pesquisa e formação na área no Brasil (REIS, 1993).

governamental e quadros acadêmicos.⁹ Esse processo teve consequências bastante duradouras, que permanecem até hoje, especialmente nas estruturas e procedimentos acadêmicos. Foi nesse contexto, ainda, que se edificou como dinâmica de pesquisa a equipe permanente, como sintoma da tendência ao condicionamento da atividade de investigação, capaz de requisitar fontes documentais e equipamentos sofisticados, bem como de formar pessoal técnico qualificado, etc. (idem, p. 21).

O contexto no qual o Brasil e outros países da América Latina passam a absorver os elementos desta prática de pesquisa estava em sincronia com a emergência, no ambiente universitário, da pesquisa e reflexão sobre a transição política de regimes autoritários. E, assim como nos Estados Unidos, em grande medida justamente pelas vicissitudes da influência da vida intelectual norte-americana no Brasil, o desenvolvimento da ciência política brasileira conserva alguma influência das pesquisas sobre cultura cívica, sistematizadas por Almond e Verba nos anos 1960.

A ciência política brasileira teve seu desenvolvimento marcado pela relação dos intelectuais com o Estado. E esta foi uma das ciências sociais mais bem sucedidas em seu processo de institucionalização e profissionalização nas duas últimas décadas. Por um lado, esta possui uma trajetória marcada pela influência de certas correntes tradicionais do pensamento político local, anterior aos surtos de crescimento econômico e urbanização do século XX (e mesmo às primeiras Universidades). Por outro, é perceptível que a expansão e interiorização do sistema universitário brasileiro, com o aumento quantitativo de oferta de vagas da graduação e pós-graduação após 1968, criou condições para uma ciência política capaz de extrapolar significativamente estas regionalidades, ainda que sua "nacionalização" não tenha correspondido a uma maior integração (LAMOUNIER, 1982, p. 407; TRINDADE, 2006).

As elites paulistas, comprometidas com o *ethos* de 1932, confinadas em uma forma "regional" de pensar a política brasileira, foram incapazes de coordenar o processo de estratificação e especialização que a institucionalização da ciência política exigia. Afluência de recursos da ditadura militar (criação de agências) e

⁹ Alguns exemplos são importantes para evidenciar a intervenção da Ditadura Militar no ambiente científico brasileiro, como a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 1969, que a partir de 1971 passa a ser gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão estatal. Além disso, desde 1964 o antigo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) passou por uma reforma, passando a chamar-se, em 1971, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nomenclatura que permanece até hoje. Para uma história do CNPq e sua relação com o regime militar, ver Forjaz,(1989).

entrada do investimento da Fundação Ford. Relação contraditória com o Regime (abrigou exilados).

Outro aspecto marcante da ciência política brasileira é que sua vitalidade e fortalecimento coincidem com um esvaziamento significativo da reflexão política no interior dos partidos e organizações políticas. Em grande medida isso se explica pela decadência em que o ambiente político-intelectual brasileiro se viu no contexto da transição política brasileira, a partir de meados dos anos 1970. Dois fatores contribuíam em enorme medida para esta situação. O primeiro deles, diz respeito aos ataques da Ditadura Militar contra os ambientes intelectuais democráticos e críticos, o exílio forçado de dezenas de professores e pesquisadores e a perseguição de outras tantas.

O segundo fator pode ser sintetizado em concepção "dúplice" da política, como lógica da "clientela" versus lógica "ideológica", dominante nos círculos intelectuais democráticos (LAMOUNIER, 1982, p. 415). Esta lógica se cristalizara no ambiente intelectual pós-golpe militar, e por meio dela era difícil compreender a "eficácia" e consistência do regime ditatorial brasileiro, sua capacidade de encaminhar demandas e necessidades de um país "moderno", ou ao menos de grandes concentrações urbano-industriais, por meio da "ação estatal desenvolvimentista".

A lógica dominante, por outro lado, continha em si a separação entre Estado (de poucos, dos "clientes") e Sociedade Civil (de muitos, os que detém "ideologia"), entre o mundo da política (ou "politicagem") e o mundo da cultura. Ou, ainda, em sua influente vertente católica, aparecia a distinção entre "país formal" e país "real". Em um contexto de transição política como o brasileiro, porém, essa separação se tornava cada vez mais insustentável e obrigou boa parte dos intelectuais democráticos a abandonar a "ciência" e se restringir à intervenção política (partidária ou não). Esse deslocamento, por sua vez, esvaziou enormemente ambiente intelectual democrático, o que é visível no fato de que por alguns anos a transição foi tema de investigação científica quase que exclusivamente dos cientistas de orientação teórico-metodológica liberal-conservadora.

Estes foram responsáveis por orientar boa parte do crescimento numérico da comunidade científica e sua diversidade, o que Lamounier chamou por adensamento do leque temático da ciência política, centrado em três áreas principais no começo dos anos 1980: a) formação do Estado brasileiro e expansão do setor público a partir de 1930; b) instituições militares e comportamento político das Forças Armadas; c) processos eleitorais e sua significação na conjuntura da redemocratização iniciada na

primeira metade da década de 1970 (idem, ibidem, p. 424). É interessante notar que a impossibilidade de compreender o Estado brasileiro em uma chave economicista é provavelmente um ponto comum que levou ao interesse sistemático pelo estudo da importância das estruturas institucionais e dos valores políticos (“custos de remoção” e “avaliação sistemática”) (idem, ibidem, p. 426).

Essa é uma constatação relevante e ajuda a remontar a origem da autonomização da ciência política brasileira em sua vinculação com as pesquisas realizadas nesta época, sob esta hegemonia, fosse por meio do estudo do papel das elites militares e sua relação com a transição, fosse por meio de uma retomada de pesquisas empíricas e teóricas a respeito da formação do Estado brasileiro. Curiosamente, era por uma via predominantemente elitista que o ambiente intelectual brasileiro retomava a noção de "autonomia" para pensar a política, e era também por esta via que era recolocada a relação entre Estado e sociedade como uma problemática relevante para a ciência.

Cultura política: crítica e continuação

A partir da década de 1990 a ênfase passou a recair, através de uma tentativa de revisão crítica das teorias anteriores sobre transição política, sobre a necessidade de considerar a implicação da cultura política brasileira na participação ou não da população na realidade democrática, para além do momento eleitoral, e sobre as debilidades representativas e distância colossal entre eleitores e elites dirigentes. É o momento de “consolidação” da Ciência Política, ao pensar a consolidação da democracia brasileira, e o desenvolvimento próprio da questão da distinção entre “país real” e “país formal”, nunca antes tratada frontalmente pelos partidos políticos no Brasil (MOISÉS, 1989, p.169).

Não se subestimava a importância dos “antecedentes liberal-representativos dos processos eleitorais e formações partidárias, dos símbolos a eles associados e das resistências que potencialmente ainda representavam” (LAMOUNIER, 1988, p.88). Por isso, a “primeira geração” de intelectuais brasileiros que pensaram a transição democrática no final do século XX, para além do cálculo racional da descompressão, pareciam considerar pontos do neo-institucionalismo ao valorizar os autores voltados para a história das instituições e das ideias políticas.

Era característica comum das teorias da transição “a suposição de que o autoritarismo constitui um processo temporalmente localizado de ruptura com a ordem democrática”, devido à incapacidade dos atores políticos em negociar em uma

conjuntura específica (AVRITZER, 1995, p.1). A democracia é compreendida pela primeira geração, portanto, como a livre coordenação da ação no interior do sistema político, e a democratização como a reconstrução das condições para a negociação.

Por isso mesmo, a “incerteza” é uma categoria típica e de destaque das teorias de transição desse período, e em alguns momentos passa a ser considerada “em si”, de natureza autoexplicativa. Isso se deve à intenção dessa geração de intelectuais em superar o determinismo das teorias de modernização e desenvolvimento político dos anos 1950 e 1960, e a formulação das questões políticas ao redor a noção de “interação estratégica” (MOISÉS, 1995, p.24).

Para os autores da primeira geração de estudos da transição, as “novas democracias” seriam aquilo que os atores políticos “relevantes” conseguem construir na situação de incerteza. O estudo do período democrático aqui considerou que o resultado final dos processos de mudança dependeria fundamentalmente da “capacidade dos atores ‘relevantes’ em maximizarem as oportunidades contingenciais através de suas decisões” (idem, p.25).

As vantagens dessa abordagem são a capacidade de contornar a tradição de análise social e política que aprisionava os atores nos “efeitos paralisantes de determinações derivadas das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais vigentes” (idem, p.26). No entanto, problematiza José A. Moisés, a tradição (estrutura, comportamentos e valores) é precisamente o que muda num processo de transição, e por isso merece atenção analítica redobrada. Se, por um lado, deixar de lado os condicionamentos para pensar apenas no cálculo da ação imediata e individualizada implica “requalificar as imensas possibilidades de que os fatores de inibição sejam neutralizados ou removidos do curso da transição”, essa abordagem possui limitações importantes (idem, p.26)

Essas teorias da transição contêm o seguinte paradoxo: “como seria possível que o autoritarismo constituísse apenas um veto à livre coordenação da ação política e que, ao mesmo tempo, características de uma ordem política autoritária permanecessem no sistema político mesmo após a retirada desse veto?” (AVRITZER, 1995, p.1). São teorias que qualificam melhor a autonomia da ação política envolvida na “interação estratégica”, mas, ao mesmo tempo, são insuficientes para prever a sobrevivência de comportamentos de mais longa duração que, menos “incertos” e atuando sob efeito de fatores mais duradouros, também influenciam a escolha dos atores nas transições (MOISÉS, 1995, p.26-27).

A transição brasileira é caracterizada por efeitos de “continuidade” de instituições, comportamentos e atitudes autoritárias dentro da nova situação política, limitando o alcance das transformações (idem, p.27). Um exemplo disso é o caráter acentuadamente plebiscitário que as eleições adquiriram no período, revelando a dificuldade de institucionalização do padrão democrático de competição para a representatividade política (também essa enfraquecida). O resultado, aponta José A. Moisés, “seria um padrão de relações entre o Executivo e Legislativo essencialmente conflitivo, tendente a gerar paralisia decisória e, adicionalmente, dificuldades no funcionamento do Judiciário” (idem, p.27). Na medida em que abandonam o estudo da tradição das relações políticas, os intelectuais da primeira geração se tornam incapazes de pensar a consolidação da democracia brasileira.

A persistência do comportamento não democrático das elites políticas, a dissociação entre práticas políticas democráticas no nível da institucionalidade política, bem como a persistência de práticas não democráticas no nível micro, e a não-aceitação da cidadania civil, são características da transição brasileira. Em conjunto, levam a supor “a existência de uma cultura política que se mantém ao longo do autoritarismo, sugerindo um entendimento da democratização como um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado-sociedade” (AVRITZER, 1995, p.2). Seria preciso, então sob a perspectiva da cultura política, criticar os dois pressupostos das teorias da transição para a democracia da primeira geração: a) noção da ausência de constrangimento (veto) no sistema político como sinônimo de democratização; e b) suposição de que a democracia constitui um fenômeno relacionado exclusivamente com a operação das instituições e do sistema político (idem, p.2).

Para a perspectiva da cultura política, os teóricos da primeira geração são, então, incapazes de entender a internalização ou não, pelos atores políticos, de uma normatividade democrática, devido à insuficiente problematização sobre o papel a ser desempenhado pelos atores políticos não democráticos após a completude do processo de transição. Ainda, relegam a um segundo plano as relações Estado-sociedade civil, assim como o impacto provocado pela modernização administrativa sobre a própria sociedade civil.

Em caminho alternativo, Avritzer parte do suposto da existência de uma contradição entre Estado e a dimensão da interação social no cotidiano, para criticar as teorias da transição para a democracia pela “ausência de um esforço teórico capaz de mostrar o impacto das práticas autoritárias na relação entre Estado e sociedade

civil” (AVRITZER, 1995, p.3). O principal objetivo da crítica feita pela cultura política é revelar o conflito entre continuidade e renovação nas práticas dos atores políticos e sociais. Além disso, propõe uma forma distinta de compreender a democratização, não baseada na ideia de incerteza da teoria dos jogos, mas ligada ao estudo das práticas dos atores sociais e a sua “luta contra o predomínio das formas sistêmicas de ação no interior dos domínios societários” (idem, p.2).

Sob essa perspectiva, seria preciso adotar um marco analítico que, sem descuidar do que é oferecido pelas análises das condições de curto prazo, possa se estender também para compreensão dos fenômenos de médio e longo prazo. E, assim, considerar que “a interação que envolve as relações entre elites políticas e a massa de cidadãos também produz efeitos sobre a persistência das democracias” (MOISÉS, 1995, p. 31).

A introdução da distinção entre liberalização e democratização é significativa, já que chama atenção para o fato de que as mudanças nos regimes “não democráticos” não levam necessariamente a sua transformação em regimes democráticos. Enquanto os teóricos da liberalização pensam a vigência das eleições como pressuposto do “se” e “quando” da democracia em uma sociedade, cabe aqui pensar a validação desse modelo em seu confronto com a realidade e evidência empírica disponível (Idem, p.33). Em muitos casos de transição, por exemplo, a regra eleitoral passa a conviver com processos evidentes de regressão autoritária. Um exemplo desse período foi o Peru sob Fujimori.

É possível apresentar, enfim, a diferença entre transição e consolidação democrática, e José A. Moisés ressalta que os próprios intelectuais da primeira geração consideram esse elemento. A democracia seria definida pelo princípio da cidadania, e entraria em cena a noção de igualdade social (somada à de igualdade política), como medida do reconhecimento efetivo dos indivíduos no regime democrático (Idem, p.39). Ainda, o foco está em “como” a competição política pode ser incorporada à democracia, regulada pelas instituições políticas, de modo a não bloquear que a luta pela igualdade social e econômica se realize como parte do sistema democrático, evitando assim a violência política (Idem, p.41).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. M. F. P. M. (org). Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

- ANDRES, A. (org) Ciências Humanas e sociedade brasileira: um debate na UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- ARRUDA, M. A. N. Mitologia da mineiridade: imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: USP, 1986.
- BIRMAN, P.; BOMENY, H. M. B. As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Damara, 1991.
- BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. The Ford Foundation's 40 years in Brazil: a partnership for social change. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP; Fundação Ford, 2002.
- BRUNETTI, J. CNPq: Um enteadado da política oficial Brasília: CNPq, 1981
- CAGNIN, M. A. H. A ação de fomento na historia do CNPq. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial, 1987.
- CLARK, T. N. Prophets and patrons: the French University and the emergency of social sciences. Cambridge: Harvard University, 1973.
- CONNIFF, M. L.; MCCANN, F. D. (orgs). Modern Brazil: elites and masses in historical perspective. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.
- DINIZ, E.; LOPES, J. S. L.; PRANDI, R. O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estados e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- FORJAZ, M. C. S. As ciências sociais na FAPESP. São Paulo: IDESP, 1989.
- _____. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.12, n.35, fev. 1997.
- HEINZ, F. M. (org). Por outra historia das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LAMOUNIER, B. (org), A Ciência Política nos anos 80, Brasília: UnB, 1982.
- MASSI, F. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In MICELI, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989. Vol. 1
- MARTINS, C. B. C. (org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências sociais no Brasil. Bauru: EDUSC, 2005.
- _____. (org). Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política. São Paulo: ANPOCS; Barcarolla, 2010.
- MELO, M. F. P. C. As ciências sociais no Brasil. 1997. Tese (doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- MICELI, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989. Vol. 1

- _____. História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Sumaré, 1995. Vol.2
- _____. A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1993.
- _____. A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo, Sumaré/Idesp, 1990.
- MOURA CASTRO, C. Ciência e universidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, L. A. C.; CARNEIRO, Edison. As ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.
- _____. O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002. São Paulo: ANPOCS, 2002. 4v.
- PLANCHAREL, A. A. (org). Memória & ciências sociais. Maceió: EDUFAL, 2005.
- SANTOS, W. G. A Ciência Política na América Latina. Dados - Revista de Ciências Soc, vol. 23, n.
- SCHAWRTZMAN, S. A formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, FINEP, 1979.
- _____. (et al). Pesquisa universitária em questão. São Paulo, Ícone/Unicamp, 1986.